



E/ECA/COE/35/6
AU/STC/FMEPI/EXP/6 (II)
Distr.: Gerall
17 de Fevereiro de 2016
Original: Inglês

Comissão Económica para África**Comité de Peritos***Trigésima Quinta Reunião*

Nona Reunião Anual Conjunta do Comité Técnico Especializado da União Africana para Finanças, Assuntos Monetários, Planificação Económica e Integração e Conferência dos Ministros Africanos das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico da Comissão Económica para África

Reunião do Comité de Peritos*Adis Abeba, 31 de Março – 2 de Abril de 2016***União Africana****Comité de Peritos***Segunda Reunião***Relatório sobre o apoio das Nações Unidas a União Africana e ao seu novo programa de Parceria para Desenvolvimento da África****I. Introdução**

1. O presente relatório fornece uma visão geral dos resultados atingidos pelo sistema das Nações Unidas de apoio a União Africana e ao seu programa de Nova Parceria para Desenvolvimento da África (NEPAD) desde Abril de 2015. Ele analisa o apoio em três perspectivas: apoio relativas as decisões dos Chefes de Estado africanos e Ministros das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico; assistência técnica directa a União Africana e ao programa NEPAD e apoio coordenado através de nove grupos do Mecanismo Regional de Coordenação das Agências das Nações Unidas que trabalham em África (RCM-Africa), convocada pela Comissão Económica para África (CEA). Ele termina com principais recomendações da décima sexta sessão do RCM-África, que se realizou em Adis Abeba em Março de 2015. O relatório ao pedido feito pelos Estados Membros da União Africana para apresentação regular e sistemática de relatórios sobre as actividades das Nações Unidas de apoio as prioridades sectoriais da NEPAD aos níveis regional e subregional.

II. Implementação das decisões e recomendações dos Chefes de Estado Africanos e dos Ministros das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico

2. Os Chefes de Estados africanos e os Ministros das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico apelam regularmente o sistema das Nações Unidas para prestar apoio técnico directo a implementação das suas decisões e declarações. A presente secção contém informações sobre a implementação de tais decisões e declarações.

A. Mecanismo para harmonizar as leis, políticas e regulamentos sobre investimento do sector privado em infraestruturas transfronteiriças

3. Numa tentativa para facilitar o investimento do sector privado nas infraestruturas transfronteiriças em África e implementar os 16 projectos adoptados na Cimeira de Financiamento de Infraestruturas da África, de Dacar, a Conferência dos Chefes de Estado da União Africana instruiu a CE, Agência de Coordenação e Planificação da NEPAD e as Comunidades Económicas Regionais para prepararem um mecanismo para harmonizar as políticas aplicáveis, leis e regulamentos. Uma missão técnica da CEA e da Agência da NEPAD foi realizada a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (Abuja), Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (Gaberone), Mercado Comum da África Oriental e Austral (Lusaca) e ao Cote d'Ivoire (corredor Abidjan-Lagos). Missões similares estão planeadas para Comunidade da África Oriental (Arusha) e União Árabe do Magreb na Argélia para avaliar o projecto de oleoduto Argélia-Nigéria.

4. Vários factores, incluindo história, lingual, geopolítica, composição étnica, governação local e herança colonial devem ser tomados em consideração na elaboração do mecanismo. Um modelo regional deverá também ser proposto para simplificar o processo da participação do sector privado nas infraestruturas transfronteiriças.

5. Uma avaliação preliminar mostra que enquanto alguns projectos se deparam com desafios técnicos outros se confrontam com sérios obstáculos políticos. Ambos tipos de impedimentos precisam ser tratados no nível apropriado.

B. Reformulação do estudo sobre mobilização interna de recursos para os projectos de infraestruturas transfronteiriças

6. Ao pedido do Presidente do Senegal, um estudo de referência da CEA e da Agência da NEPAD sobre a mobilização interna de recursos foi reformulado numa ferramenta global de sensibilização que responderá a todas as questões legítimas e preocupações levantadas pelos potenciais investidores sobre os 16 projectos de infraestruturas adoptados pela Cimeira de Financiamento de Dacar. A nova publicação contém perfis dos 16 projectos, sublinha os riscos, apropriação, lacunas de financiamento, etc. A publicação contém também sugestões sobre nove vias através das quais os Países africanos poderiam mobilizar recursos internos, incluindo a garantia das remessas, capitalização das bolsas e parcerias estratégicas inovadoras

público-privadas. Espera-se que a publicação seja formalmente apresentada ao Grupo Africano de Embaixadores em Maio de 2016 antes da Cimeira da União Africana a ser realizada em Junho ou Julho.

C. Estudo técnico sobre os custos socioeconómicos do vírus do Ebola na África Ocidental

7. A CEA realizou um estudo sobre os custos socioeconómicos do Ebola e seus efeitos sobre as perspectivas de crescimento e desenvolvimento. O estudo foi baseado nos dados primários da Guiné, Libéria e Sierra Leone. O propósito do estudo foi o de apresentar provas evidentes a partir das quais poderão orientar as opções políticas para uma resposta. O estudo revelou que embora o Ebola causa muitas mortes e imenso sofrimento entre as vítimas ele não é o maior assassino entre as actuais ou passadas doenças. De uma perspectiva económica, o estudo observou a eficácia das actuais respostas e o impacto mínimo que o Ebola teve sobre a África Ocidental e o Continente devido a pequena dimensão das três economias bem como na actual prevalência do Ebola e as encorajadoras respostas nacionais e internacionais.

D. Apoio a implementação das recomendações do Painel de Alto Nível sobre Fluxos Financeiros Ilícitos de África

8. Desde a divulgação do estudo e a sua ratificação pelos Chefes de Estado africanos, a CEA liderou uma sensibilização global para implementação das suas recomendações através de várias actividades, incluindo Fórum consultivo e estratégico das organizações da sociedade civil Pan-africanas sobre fluxos financeiros ilícitos em África, realizado em Nairobi em Fevereiro de 2015, workshop subregional de aumento de consciência no Quênia (África Oriental e Austral), Gana (África Ocidental e Tunísia (África do Norte. Além disso, o estudo será apresentado a *fora* de alto nível na Bélgica, França e nos Estados Unidos da América.

9. Um plano de implementação foi elaborado e apresentado a um workshop de vários intervenientes no qual participaram Representantes da União Africana, do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD), Fundação Africana de Reforço de Capacidades e organizações da sociedade civil bem como parceiros de desenvolvimento e outros intervenientes e realizado em Adis Abeba em Junho de 2015. Os Participantes do workshop chegaram a um acordo que destaca os desejados resultados, as esperadas actividades e instituições responsáveis em quatro eixos de trabalho: (a) sensibilização para compromisso, colaboração e reforma; (b) produção e disseminação de conhecimentos; (c) fortalecimento da capacidade institucional e de regulação e (d) mobilização de recursos e monitorização da implementação.

E. Sensibilização global para a “retenção da hemorragia”: resposta dos cidadãos aos fluxos financeiros ilícitos de África

10. A Comissão da União Africana e a CEA colaboraram com o Grupo Interino de Trabalho da Sociedade Civil Africana liderada pela Rede de Justiça Tributária-África e a Terceira Rede Mundial África para acolher o evento paralelo na Terceira Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento, realizada em 15 de Julho em Adis Abeba. O propósito do evento paralelo foi o de galvanizar o apoio de uma ampla

coligação de parceiros e de todos os intervenientes aos níveis nacional, regional e global para implementar as recomendações do Painel de Alto Nível sobre os Fluxos Financeiros Ilícitos de África. Ela lançou também a campanha denominada “Retenção da sangria” para envolver os cidadãos africanos na luta contra os fluxos financeiros ilícitos.

F. Apoio a implementação da decisão da Conferência da União Africana sobre fontes alternativas de financiamento

11. Na sua Vigésima Quarta Sessão Ordinária, realizada em Adis –Abeba em Janeiro de 2015, a Conferência da União Africana tomou uma decisão histórica sobre as fontes alternativas de financiamento da União Africana, tendo ratificado o Relatório do Grupo Ministerial de Trabalho da Conferência dos Ministros Africanos da Economia e Finanças. Ela solicitou também o Comité Ministerial ad-hoc sobre escala de avaliação para se envolver, de uma maneira aberta, em consultas com vista a propôr as modalidades de implementação da decisão sobre as fontes alternativas de financiamento. O Comité Ministerial Ad Hoc submeteu o seu Relatório na Cimeira de Junho de 2015. A CEA está trabalhando com o Gabinete do Vice-presidente da União Africana sobre a implementação da decisão.

G. Implementação da Agenda 2063: planificação, mobilização e financiamento do desenvolvimento

12. Em Dezembro de 2015, a CEA liderou os esforços do Sistema das Nações Unidas para prestar apoio técnico a Comissão da União Africana sobre o mecanismo para monitorização do Plano de Implementação dos Primeiros 10 Anos da Agenda 2063. Num workshop, os indicadores do Plano dos 10 Anos foram aperfeiçoados. Pontos comuns entre a Agenda 2030 e a Agenda 2063 foram identificados com vista a permitir pelo menos uma integração parcial das duas Agendas e assim aliviar o fardo sobre os intervenientes que se envolverão na implementação, monitorização e avaliação das Agendas e na apresentação de relatórios. O mecanismo facilitará a prossecução dos objectivos de desenvolvimento com os quais se comprometeram os Líderes africanos tanto ao nível regional como global. Apoio foi também prestado a Comissão da União Africana e aos Estados Membros da União Africana no aperfeiçoamento dos indicadores globais para os objectivos do desenvolvimento sustentável antes da reunião da Comissão de Estatísticas realizada em Bangkok em Novembro de 2015.

H. Renovação da Parceria Nações Unidas-União Africana sobre a integração da África e a agenda de desenvolvimento para 2017-2027

13. O mecanismo para a renovação da parceria Nações Unidas-União Africana sobre a integração da África e a Agenda de Desenvolvimento para 2017-2027 foi apresentado na Décima Sexta Sessão do RCM-África, realizado em Adis Abeba de 28 a 29 de Março de 2015 juntamente com a Oitava Reunião Anual Conjunta do Comité Técnico Especializado da União Africana para Finanças, Assuntos Monetários, Planificação e Integração e a Conferência da Comissão Económica para África dos Ministros das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico. Espera-se que o mecanismo fortaleça ainda mais a parceria entre as Nações Unidas e a União Africana

e esteja em harmonia com os existentes e emergentes mecanismos continentais da União Africana. Na Décima Sexta Sessão foi recomendado que a Comissão da União Africana finalize o Relatório sobre a parceria e submeta-o a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana em Junho de 2015 na África do Sul para análise e adopção. Foi também recomendado que o Relatório seja então transmitido a Assembleia-geral na sua septuagésima sessão em Setembro de 2015 para adopção como um novo programa de apoio das Nações Unidas a União Africana.

I. Revolução de dados e desenvolvimento das estatísticas

14. Na sequência da submissão do Relatório das organizações pan-africanas sobre as actividades das estatísticas na sétima reunião annual conjunta da Conferência da União Africana dos Ministros da Economia e Finanças e a Conferência da Comissão Económica para África dos Ministros Africanos das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico, realizada em Abuja, de 25 a 30 de Março de 2014, a Comissão da União Africana, Comissão Económica para África, Banco Africano de Desenvolvimento, Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento e outros Parceiros foram solicitados para organizar uma conferência de alto nível sobre a revolução de dados em África. O pedido foi reiterado na Vigésima Terceira Sessão Ordinária da Conferência da União Africana, realizada em Malabo, de 20 a 27 de Junho de 2014. A Conferência de Alto Nível que foi organizada pela Comissão Económica para África, foi realizada em Março de 2015 como evento paralelo da Oitava Reunião Anual Conjunta.

15. Na Conferência de Alto Nível, um documento intitulado “Consenso de Dados Africanos” foi apresentado, revelando uma visão bem como os desafios, princípios e principais acções para a revolução de dados. Contudo este documento deve ainda ser ratificado pelos Chefes dos Serviços Nacionais de Estatísticas em África. Ele foi apresentado para análise ao Comité dos Directores-gerais dos Serviços Nacionais de Estatísticas da Comissão da União Africana que se reuniu em Libreville, de 26 a 28 de Novembro de 2015. Na reunião, o Comité saudou o relatório e recomendou que ele seja revisto pelos Directores-gerais dos Serviços Nacionais de Estatísticas antes de ser submetido a Cimeira da União Africana para ratificação.

16. A este propósito, uma reunião de grupo de Peritos foi organizada pela Comissão Económica para África, Comissão da União Africana e Banco Africano de Desenvolvimento como Fórum dos Directores-gerais dos Serviços Nacionais de Estatísticas para rever o “Consenso de Dados Africanos e o roteiro para sua implementação em Adis Abeba, de 20 a 22 de Novembro de 2015. Os participantes da reunião chegaram a uma posição comum sobre o conceito da Revolução de dados Africanos e acordaram sobre um plano de acção para implementação da revolução de dados em África baseado nos princípios estabelecidos pela Estratégia para Harmonização das Estatísticas em África e na Carta Africana sobre Estatísticas.

J. Apoio as negociações sobre a zona continental de comércio livre

17. Em apoio aos Estados Membros da União Africana e as Comunidades Económicas Regionais, a CEA coordenou os esforços do sistema das Nações Unidas, através do Centro de Política sobre o Comércio Africano, para promover envolvimento

activo nas negociações sobre a zona continental de comércio livre, incluindo na elaboração dos projectos dos textos das negociações. Actividades específicas, incluindo a participação no Grupo de Trabalho sobre a Zona Continental de Comércio Livre e contínuo apoio técnico a Comissão da União Africana, especialmente ao Comité de Alto Nível sobre o Comércio Africano e a reunião da União Africana dos Ministros do Comércio realizada em Maio de 2015. Em particular, o Centro de Política sobre o Comércio Africano preparou e apresentou quatro relatórios no segmento de peritos da reunião da União Africana dos Ministros do Comércio. Estes relatórios foram sobre: (a) progressos registados na conclusão de acordos regionais de comércio livre ao nível das Comunidades Económicas Regionais; (b) desenvolvimento industrial no contexto da zona continental de comércio livre; (c) implicações dos acordos de parceria económica sobre os Países africanos; e (d) implicações dos mega acordos regionais comerciais sobre as economias africanas. Além disso, o Centro de Política sobre Comércio Africano organizou um evento paralelo relativo às negociações sobre uma zona continental de comércio livre durante a Conferência dos Ministros de 2015. Ademais, o Centro sensibilizou vigorosamente para a inclusão de serviços nas negociações e preparou mesmo um projecto de mecanismo de acordo que inclui uma agenda.

18. Além disso e em colaboração com o Gabinete do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos do Homem e Friedrich-Ebert-Stiftung, o Centro de Política sobre Comércio Africano um workshop com múltiplos peritos intervenientes sobre a potencial avaliação do impacto de uma zona continental de comércio livre sobre os direitos do homem em África. Finalmente, o Centro formulou recomendações baseadas nas evidências enquanto preparou a temática parte da publicação *Relatório Económico sobre África 2015: Industrialização através do Comércio* e utilizou as principais conclusões e recomendações na sessão ligada ao comércio do Curso Regional sobre Principais Questões da Agenda Económica Internacional para África, organizado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Um estudo sobre a integração regional, facilitação do comércio e industrialização foi também realizado pelo Centro juntamente com a CEA, Escritório Subregional da CEA para o Norte de África e a Organização das Nações Unidas para Desenvolvimento Industrial (ONUDI) que foi publicado como um documento de investigação da ONUDI.

K. Implementação do índice de desenvolvimento social em África

19. Funcionários governamentais de alto nível de 45 Países africanos e de oito Comunidades Económicas Regionais foram formados sobre a computação e aplicação do Índice Africano de Desenvolvimento Social através de uma série de workshops de reforço de capacidades, usando dados nacionais.¹ Os resultados foram apresentados pelos peritos nacionais que foram indispensáveis na identificação dos principais condutores e os principais grupos afectados pela exclusão em cada País. Em 2015, o Índice Africano de Desenvolvimento Social foi apresentado e disseminado em conferências e fora de alto nível em África, incluindo a primeira Cimeira sobre a Prosperidade da África, reunião do Comité Técnico Especializado da União Africana para Desenvolvimento Social, Trabalho e Emprego e a sessão anual do Parlamento Pan-africano. A União Africana, Comunidades Económicas Regionais e outros

¹ Funcionários dos Governos, incluindo Peritos Sêniores dos Ministérios do desenvolvimento, planificação, finanças e assuntos sociais e Departamentos nacionais de estatísticas

organismos intergovernamentais reconhecem que o Índice é um instrument de referência para assistir na planificação do desenvolvimento nacional e avanço inclusivo do desenvolvimento em África de acordo com a Agenda 2063 e Agenda 2030.

L. Assistência técnica conjunta ao Governo do Bénin

20. Em resposta ao pedido directo do Governo do Bénin e dado que as infraestruturas foram priorizadas como um facilitador da integração Africana, a Comissão Económica para África, Fundação Africana de Reforço de Capacidades e o Instituto do Desenvolvimento Económico e Planificação realizaram em Novembro de 2015 uma sessão de formação de reforço de capacidades para 39 funcionários públicos da Agência de Coordenação dos Projectos de Infra-estruturas do Benim e outros Departamentos ministeriais e agências envolvidos no desenvolvimento de infraestruturas. O curso cobriu os aspectos principais ligados ao: (a) reforço de capacidades institucionais e administrativas; e (b) papel de infraestruturas no desenvolvimento da planificação, ciclos dos projectos de infraestruturas, orçamentação e fontes de financiamento, preparação da estimativa de custos dos projectos de infraestruturas, programação, monitorização e avaliação de projectos de infraestruturas, ênfase foi colocada sobre a criação de ambiente propício para parcerias público-privadas e sobre a elaboração de propostas de projectos de infraestruturas usando o modelo de parcerias público privadas.

III. Apoio técnico directo a Nova Parceria para Desenvolvimento da África

21. Para fortalecer as capacidades da Agência da NEPAD nas principais areas prioritárias e reforçar o processo da NEPAD, a CEA continuou patrocinando dois conselheiros seniors ao Secretariado do Mecanismo de Revisão entre os Pares e Agência da NEPAD para prestar apoio técnico directo e consultoria. Nos seus contínuos esforços para apoiar a elaboração da Agenda 2063, a CEA realizou dois diálogos de alto nível (no Ruanda e na África do Sul) para aumentar a consciência dos planificadores africanos ao mais alto nível sobre questões ligadas a Agenda. Os diálogos foram facilitados pelo Instituto de Desenvolvimento Económico e Planificação e envolveu sessões de reforço de capacidades para os Directores nacionais de planificação de todosos 54 Países africanos sobre como incorporar elementos da Agenda 2063 nas suas respectivas estratégias nacionais de forma a assegurar a coerência e melhor coordenação na implementação das prioridades da NEPAD. Também através do Instituto de Desenvolvimento Económico e Planificação e em resposta a uma solicitação específica dos Directores que participaram no primeiro diálogo, foi realizada uma sessão de seguimento que proporcionou aos planificadores a oportunidade de contribuir no debate sobre a Agenda 2063 antes da sua finalização.

22. O sistema das Nações Unidas, representado pela CEA e o PNUD, continuou prestando apoio directo ao Secretariado do Mecanismo de Revisão entre os Pares particularmente no que diz respeito a sua reestruturação. O sistema das Nações Unidas continuou apoiando as actividades realizadas no âmbito do Mecanismo, incluindo revisão dos Países e workshops de aumento de consciência e prestou apoio substancial a Iniciativa Poder da África. A CEA acolheu o Retiro do Painel Africano de Revisão entre oa Pares de Individualidades Eminentes com os Parceiros estratégicos, realizado em Adis Abeba em 25 de Janeiro de 2015. O Retiro contou a participação de

membros do Painel, Secretariado do Mecanismo de Revisão entre os Pares, altos representantes dos Parceiros Estratégicos, Banco Africano de Desenvolvimento, PNUD e Comissão da União Africana. Os Participantes do Retiro recomendaram o fortalecimento de capacidades do Secretariado do Mecanismo de Revisão entre os Pares, integração do Mecanismo na União Africana, reforço da eficácia do Mecanismo, tornando o Mecanismo numa ferramenta de monitorização e de prestação de contas da Agenda 2063 e da Agenda de Desenvolvimento Pós 2015, realização de uma avaliação do impacto do Mecanismo na revisão dos Países, assinatura de um memorando de entendimento com os Parceiros e realização de um Retiro dos Parceiros Estratégicos duas vezes por ano a margem das Cimeiras da União Africana.

A. Workshop para aumento de consciência do Mecanismo de Revisão entre os Pares para os Países da África Oriental

23. Em colaboração com o Secretariado conjunto NEPAD- Painel Africano de Revisão entre os Pares para o Quénia e o Ministério da Descentralização e Planificação do Quénia, a CEA organizou um workshop de aumento de consciência de dois dias para os Países da África Oriental, realizado em Mombasa, Quénia em Dezembro de 2015 para fortalecer o Mecanismo e assim torná-lo numa ferramenta efectiva para a promoção da boa governação na África Oriental, reforçar o desempenho através do aproveitamento das capacidades existentes aos níveis individual e institucional e para forjar parcerias mais fortes através da partilha de experiências e transferência de competências. O workshop também pretendeu reforçar as capacidades dos Estados Membros que aderiram recentemente ao Mecanismo e que se espera que realizem as suas primeiras revisões nos próximos meses e instar os Estados Membros que ainda não aderiram ao Mecanismo para o fazer.

24. Para atingir estes objectivos, Representantes de 10 escritórios nacionais do Mecanismo da África Oriental foram formados para proceder a mais profunda análise e assim permiti-los compreender, identificar e recomendar medidas apropriadas para tratar os problemas ligados as capacidades na implementação do Mecanismo, estimulando assim o desenvolvimento e promovendo a boa governação. Os Participantes adquiriram conhecimentos adicionais sobre como implementar o Mecanismo aos níveis nacional e subregional e sobre a harmonização dos Planos Nacionais de Acção do Mecanismo com os existentes planos nacionais de desenvolvimento. O workshop criou também a oportunidade para interacção entre as unidades de supervisão do Mecanismo, autoridades locais e sociedade civil local e reforço de diálogo entre os escritórios nacionais do Mecanismo nos Estados Membros da Região.

B. Fortalecimento do Mecanismo de Coordenação Regional e Mecanismo de Coordenação Subregional para atingir as prioridades da África

25. O Secretariado do RCM-África organizou dois workshops para melhorar as operações e a prestação do Mecanismo aos níveis subregional e regional. O propósito do primeiro workshop que se realizou em Nazareth, Etiópia em 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2015 foi o de determinar como as ferramentas conjuntas de programação podem ser usadas para preparar um mecanismo de coordenação aos níveis subregional e regional. As ferramentas que foram apresentadas são parte das

directivas sobre o fortalecimento do Mecanismo Subregional de Coordenação. Foi também elaborado um manual que pode ser usado para reforço de capacidades dos Participantes e reforçar a coordenação entre os Parceiros (incluindo a Comissão da União Africana, Agência da NEPAD, Comunidades Económicas Regionais, organizações intergovernamentais e organizações e agências das Nações Unidas) de apoio a União Africana e a seu Programa NEPAD.

26. Um outro workshop sobre o reforço da monitorização e da avaliação no RCM-África foi realizado em Nazareth, Etiópia em 1 e 2 de Outubro de 2015. No workshop, peritos da Comissão da União Africana, Comunidades Económicas Regionais e das organizações e agências das Nações Unidas reveram e avaliaram um relatório e fizeram comentários com vista a melhorá-lo antes da sua finalização. Os Participantes do workshop fizeram recomendações abaixo indicadas.

Relatório sobre a monitorização e avaliação no contexto do Mecanismo da Coordenação Regional para África

27. Foi recomendado que:

- (a) O Secretariado do RCM-África, em colaboração com as Comunidades Económicas Regionais e organizações intergovernamentais, deverão preparar um mecanismo harmonizado de monitorização e de avaliação que poderá ser usado pelo RCM-África para avaliar os progressos e conquistas do Secretariado, os agrupamentos e os mecanismos subregionais de coordenação no reforço de capacidades da União Africana, Comunidades Económicas Regionais e os Estados Membros na conquista da Agenda 2063 através do Plano de implementação dos Primeiros Dez Anos da Agenda;
- (b) Os Secretariados do RCM-África e o Mecanismo Subregional de Coordenação deverão realizar consultas regulares com os escritórios regionais do Grupo das Nações Unidas para Desenvolvimento com vista a criar fortes sinergias e ligações e reforçar a coordenação do apoio das Nações Unidas a União Africana e aos seus órgãos;
- (c) A Comissão da União Africana, em colaboração com os Secretariados do RCM-África e o Mecanismo Subregional de Coordenação e os escritórios regionais do Grupo das Nações Unidas para Desenvolvimento, deverá assegurar que as metas acordadas e indicadores estabelecidos no Plano de implementação dos Primeiros Dez Anos da Agenda sejam adaptados nos níveis dos Países e subregional e que ao adaptar o Plano dos Primeiros Dez Anos no nível local, as metas e os indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável sejam integrados;
- (d) A Comissão da União Africana apoiará o Secretariado do RCM-África na aplicação do mecanismo de monitorização e de avaliação destinado a avaliar os progressos registados pelo RCM-África no reforço de capacidades da União Africana, Comunidades Económicas Regionais e Estados Membros, contribuindo com dados sobre os efeitos da assistência

prestada, incluindo indirectamente, através do Mecanismo Subregional de Coordenação que permite as Comunidades Económicas Regionais dar contribuições ao nível subregional.

Primeiros 10 anos de implementação da Agenda 2063

28. Foi recomendado que:

- (a) A Comissão da União Africana deverá instar os Secretariados das Comunidades Económicas Regionais e as organizações intergovernamentais a alinhar os seus mecanismos estratégicos com os princípios da Agenda 2063;
- (b) A Comissão da União Africana deverá monitorizar os mecanismos estratégicos das Comunidades Económicas Regionais e assim medir os progressos do Plano de Implementação dos Primeiros Dez Anos da Agenda 2063 aos níveis dos Países e subregional;
- (c) A Comissão da União Africana deverá fortalecer a sua estratégia de comunicação sobre o alinhamento das metas dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável com as metas da Agenda 2063 com vista a reassegurar aos Estados Membros da União Africana e aos Parceiros de desenvolvimento que a Agenda 2063 é consistente com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável;
- (d) A Comissão da União Africana deverá envolver activamente as organizações da sociedade civil na disseminação e implementação da sua estratégia de comunicação e na monitorização do Plano de implementação dos Primeiros Dez Anos da Agenda 2063. O RCM-África e as relevantes agências das Nações Unidas poderão apoiar este processo (por exemplo: Programa das Nações Unidas para o Povoamento Humano (ONU-Habitat) poderá apoiar os segmentos ambiente, população e urbanização, facilitando o envolvimento de intervenientes na preparação dos relatórios nacionais a serem submetidos para análise na Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III));
- (e) A Comissão da União Africana e os Secretariados das Comunidades Económicas Regionais deverão instar os seus Estados Membros para integrar a Agenda 2063 e o Plano de implementação dos seus Primeiros Dez Anos nos seus Planos nacionais de desenvolvimento;
- (f) Dada a decisão tomada na décima sexta sessão do RCM-África, os segmentos devem operar de acordo com o Plano de implementação dos Primeiros Dez Anos da Agenda e assim reforçar o papel das Nações Unidas na implementação do Plano;
- (g) O Secretariado do RCM-África, em colaboração com a Comissão da União Africana, deverá apoiar os esforços para recolha de estatísticas sobre os

progressos registados na implementação do Plano dos Primeiros Dez Anos, envolvendo os órgãos nacionais de planificação e de estatísticas.

Mecanismo para monitorização e avaliação do programa conjunto de apoio a União Africana e aos seus Órgãos

29. Foi recomendado que:

- (a) O Secretariado do RCM-África deverá preparar um mecanismo realista e prático de monitorização e de avaliação que: toma em conta os existentes mecanismos de monitorização e de avaliação usados pela União Africana e as Comunidades Económicas Regionais que tenha objectivos claros, clarifica o propósito e o papel do RCM-África (incluindo os seus segmentos e os mecanismos subregionais de coordenação), permite a União Africana, as Comunidades Económicas Regionais e os Estados Membros atingir a genda 2063 e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e que esteja em alinhamento com o Plano de Implementação dos Primeiros Dez Anos da Agenda 2063;
- (b) O Secretariado do RCM-África deverá fazer circular o projecto de relatório sobre o reforço da monitorização e da avaliação a todos os Estados Membros do RCM-África e o seu Mecanismo Subregional de Coordenação e assim permiti-los fazer comentários e contribuir para o relatório. O Secretariado deverá incluir os modelos para implementação do mecanismo;
- (c) O Secretariado do RCM-África deverá continuar assistindo os segmentos, subsegmentos e os mecanismos subregionais de coordenação na preparação da sua implementação e dos planos de negócios, incluindo quadro de logotipos e recolha de dados para monitorização e avaliação, alavacando os trabalhos já feitos pelos mecanismos subregionais de coordenação.

IV. Principais observações da décima sexta sessão do Mecanismo de Coordenação para África

30. O sistema das Nações Unidas tem dado significativa contribuição as necessidades de reforço de capacidades da Região. A participação activa da Comissão da União Africana como co-presidente do RCM-África continua fazendo uma significativa diferença para a eficácia das operações. Enquanto se espera por resultados mais tangíveis, foi criada uma fundação sólida para uma frutífera cooperação em termos de entusiasmo demonstrado por muitos altos funcionários da Comissão da União Africana. Contudo, disparidades entre os papéis e níveis de participação dos vários Departamentos no seio da Comissão de alguma forma afectaram o desempenho do segmento.

31. Além disso, os papéis das Comunidades Económicas Regionais precisam ser mais claramente definidos. De forma a manter a eficácia e a coerência e para criar sinergia nos trabalhos do RCM-África, há necessidade de melhorar a cooperação e

coordenação entre as Agências das Nações Unidas, a Comissão da União Africana e a Agência da NEPAD, por um lado e as Comunidades Económicas Regionais, por outro lado. A falta de progressos tangíveis na representação das Comunidades Económicas Regionais permanece o grande obstáculo para a efectiva integração das questões subregionais no RCM-África e no seu sistema de segmentos.

32. É essencial que os principais intervenientes nos trabalhos do RCM-África sintam a apropriação e demonstrem liderança. O aumento da apropriação e liderança pelos Órgãos da União Africana ligados as actividades do RCM-África resultarão no melhor desempenho. Ao mesmo tempo, esforços devem ser consentidos para remediar a falta de recursos humanos e financeiros disponíveis para os Co-presidentes (Comissão da União Africana, Agência da NEPAD e as Comunidades Económicas Regionais) para permitir-lhes coordenar e motivar mais efectivamente os Membros.

A. Constrangimento de recursos

33. A falta de recursos para apoiar a implementação dos programas do RCM-África e dos seus segmentos permanece o maior constrangimento uma vez que não há orçamento específico para apoiar a implementação dos programas e actividades planeados.

34. Os constrangimentos financeiros e de capacidades estão limitando muitas agências na contribuição para os trabalhos dos segmentos, um problema que deve ser remediado urgentemente. A falta de recursos adequados significa que muitos segmentos e subsegmentos sejam capazes de funcionar efectivamente. Por isso, é difícil encorajar a programação conjunta no seio do RCM-África e para os Membros aprenderem com as experiências de uns e outros.

35. Espera-se que o Secretariado Conjunto do RCM-África coordene efectivamente os trabalhos dos segmentos e subsegmentos e assegure que eles realizem as suas respectivas actividades, incluindo a monitorização da implementação. Embora as funções do Secretariado tenham sido fortalecidas com a criação da Divisão de Desenvolvimento de Capacidades na CEA, um pequeno número de funcionários afectados aos trabalhos do Secretariado pela parte da Comissão da União Africana continua representando um obstáculo, incluindo para a organização das sessões anuais do RCM-África e a implementação das decisões.

B. Constrangimentos de comunicação

36. A comunicação precisa ser melhorada. Apesar dos progressos em vários domínios, um dos principais desafios é o fraco nível de cooperação entre os segmentos da sensibilização, comunicação e outros segmentos.

37. A consciência do RCM-África e as suas conquistas continuam sendo extremamente pobres, particularmente ao nível da gestão senior da União Africana e dos seus Órgãos. Um mecanismo apropriado é necessário para facilitar a partilha de experiências e de boas práticas entre os segmentos. Os pontos focais da comunicação de cada segmento precisam ser designados para interagir com os segmentos de sensibilização e de comunicação.

C. Constrangimentos de planificação

38. Em termos de planificação, um certo número de desafios foram observados. Primeiro, as reuniões não são organizadas regularmente, tanto pelos segmentos como pelos subsegmentos sobre a questão do apoio para a União Africana e as Comunidades Económicas Regionais e assim maximizar o impacto do RCM-África e dos seus mecanismos subregionais de coordenação. A falta de interação regular intrasegmentos e de cooperação está tornando difícil o RCM-África funcionar efectivamente e de uma maneira transversal.

39. Segundo, muitos segmentos encontraram dificuldades na elaboração de programas conjuntos e na formulação de uma plataforma comum de financiamento das suas actividades, possivelmente devido ao facto dos seus organismos de gestão terem diferente programação e ciclos de orçamento. Para a maioria, os principais indicadores de sucesso e metas para cada área de actividade não foram identificados.

40. Terceiro, os segmentos tendem a ser geridos por precisamente por um funcionário em cada instituição que acarreta o risco de perda de memória institucional quando a pessoa abandona as suas funções e afecta negativamente a continuidade.

V. Recomendações e vias a seguir

41. Há um acordo geral entre o sistema das Nações Unidas e as instituições africanas regionais e subregionais que mais precisa ser feito para reforçar o RCM-África e assim ele poderá apoiar melhor a implementação da Agenda da União Africana e dos seus Órgãos. Um Mecanismo reforçado conduzirá a melhor coordenação das acções das Nações Unidas, melhor coerência e aumento da eficácia dos custos e impacto através das actividades dos segmentos. Olhando para o futuro e com vista a melhorar o Mecanismo, foram identificadas as recomendações abaixo indicadas.

A. Recursos sustentáveis

42. Para assegurar que jogue efectivamente o seu papel de apoio as prioridades da União Africana aos níveis suregional e regional, o RCM-África em geral e o seu Secretariado em particular precisa receber recursos suficientes numa base sustentável.

43. A curto prazo, tal como solicitado pela Assembleia-geral e de acordo com a Iniciativa "Trabalhemos como um" do Secretário-geral, todas as entidades do sistema das Nações Unidas são instadas a trabalhar em conjunto, incluindo juntando os seus recursos na prossecução dos principais objectivos. Os recursos necessários para a implementação das actividades dos segmentos deverão ser mobilizados pelas agências primariamente dos seus respectivos orçamentos programa que significaria a integração das actividades dos segmentos no orçamento programa de cada agência participante. Isto requererá a participação das agências das Nações Unidas para assegurar que os seus trabalhos ligados ao RCM-África sejam transformados parte dos trabalhos regulares dos seus programas e orçamentos. O seu desempenho no seio do RCM-África deverá ser tomado em conta nas revisões de desempenho. Além disso, os ciclos de programação e de planificação dos segmentos precisam ser harmonizados

com os da União Africana e apenas assim será possível que as entidades das Nações Unidas podem identificar, incorporar e implementar actividades anualmente de acordo com os seus planos de implementação de programas.

44. A médio e longo prazos, o proposto mecanismo de parceria Nações Unidas-União Africana deverá receber pleno apoio orçamental com vista ao fortalecimento dos esforços do sistema das Nações Unidas e dos Órgãos da União Africana para trabalharem conjuntamente de acordo com a Iniciativa “Trabalhemos como um” sobre as prioridades da União Africana.

B. Estratégia de comunicação

45. De forma a aumentar a consciência, envolvimento, apropriação e liderança em todos os níveis, comunicações regulares sobre o RCM-África e as suas actividades deverão ser feitas pelos Comissários e Directores dos Departamentos da Comissão da União Africana, liderança da Agência da NEPAD e aqueles responsáveis pelas Comunidades Económicas Regionais.

46. Jornais e outros meios de comunicação deverão ser elaborados para promover o RCM-África. Com pouco financiamento, os segmentos de sensibilização e de comunicação podem criar um jornal ou uma plataforma baseada na web nos quais ideias podem ser trocadas em tempo real, usando contribuições de outros segmentos e assim atingir o objectivo de integração da comunicação no RCM-África. A comunicação sobre actividades deve ser incorporada no segment de planos de negócios e prevista nos relevantes orçamentos. Os segmentos deverão também designar um membro para trabalhar com os segmentos de sensibilização e de comunicação.

C. Planificação

47. Todos os segmentos deverão dar prioridade a colaboração inter e intrasegmentos, cooperação, parcerias e a comunicação de acordo com as anteriores decisões do RCM-África de forma a criar coerência e sinergia nos seus trabalhos e assegurar a eficácia máxima. Para o efeito, todos os membros participantes dos subsegmentos e segmentos são encorajados a contribuir para continuar:

- (a) Melhorando a coordenação e implementação de actividades conjuntas;
- (b) Preparando calendários de eventos e de reuniões de cada segmento e subsegmento no início do ciclo de apresentação de relatórios. Para fácil planificação, o Secretariado do RCM-África manterá e fará circular a todos os intervenientes um calendário consolidado de eventos e de reuniões de todos os subsegmentos e segmentos e reforçará a colaboração e parceria intersegmentos;
- (c) Assegurando que as actividades do RCM-África e dos seus segmentos e subsegmentos sejam adequadamente planeados e reflectidos nos trabalhos regulares dos programas e orçamentos programas de cada agência membro e organização;

- (d) Preparando planos de negócios que sejam realistas, bem planeados e bem orçamentados para assegurar impacto significativo e contribuir para eficácia geral do RCM-África. Os indicadores principais de sucesso e metas para cada área de actividade precisam ser claramente indicados nos planos de negócios;
- (e) Realizando mais frequentemente reuniões regulares entre os coordenadores e os membros. Os segmentos deverão se reunir pelo menos cada trimestre e os subsegmentos deverão se reunir entre as reuniões regulares dos segmentos.

48. Os segmentos deverão ser geridos de forma a preservar a memória institucional e a continuidade. O desempenho no RCM-África dos membros dos segmentos e subsegmentos deverá ser tomado em conta nas revisões de desempenho realizadas pelas suas respectivas organizações.

49. Olhando para o futuro, é recomendado que o compromisso e a boa liderança que tem existido até agora sejam mantidos. A co-presidência da União Africana deverá mostrar mais liderança dinâmica, assegurando que os resultados desejados pela União Africana sejam claramente articulados e permitindo os segmentos identificar áreas de colaboração e de apoio. Além disso, o Co-presidente deverá jogar um importante papel na facilitação do envolvimento de outros Departamentos da Comissão da União Africana para assegurar que a Comissão também trabalhe como um. A presidência das Nações Unidas deve demonstrar um mais alto nível de engajamento e proporcionar liderança complementar a Comissão da União Africana. Fazendo assim envolverá a afectação de tempo e de recursos financeiros e humanos necessários para organizar reuniões regulares, implementar decisões e apresentação de relatórios sobre a implementação de uma maneira oportuna.

50. O RCM-África provou ser um instrumento efectivo que pode contribuir nos esforços para refazer a imagem da África como um Continente em crescimento. A parceria estratégica entre as Nações Unidas e a União Africana deverá ser fortalecida para permitir as duas organizações melhor apoiar a Agenda da Paz e Desenvolvimento da África.